



INFÂNCIA, ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL E EDUCAÇÃO: PERSPECTIVAS TEÓRICO-HISTÓRICAS E EXPERIÊNCIAS DE MÃES SOCIAIS NO DISTRITO FEDERAL

Melissa Lemos Apolônio – UnB

Grupo de Trabalho: GT 9 – Políticas Públicas, Movimentos Sociais e Interseccionalidade

RESUMO:

Este trabalho é o resultado de uma pesquisa de mestrado e analisa o acolhimento institucional no Brasil sob uma perspectiva teórico-histórica, articulando as políticas públicas de proteção à infância às experiências de mães sociais em uma instituição do Distrito Federal. Fundamentado na Política Nacional de Assistência Social (PNAS) e no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), o estudo discute como as desigualdades de raça, classe e gênero atravessam a história da infância brasileira e se refletem nas práticas contemporâneas de acolhimento e escolarização. Buscando compreender como a história da infância no Brasil foi atravessada por marcadores sociais de raça e classe, refletindo desigualdades estruturais que ainda se manifestam nas práticas de acolhimento institucional. São tecidas conexões com uma pesquisa empírica desenvolvida na instituição fictícia “Casa Real”, no Distrito Federal, a partir da escuta de mães sociais e de sua percepção sobre a escolarização de crianças e adolescentes acolhidos. A pesquisa, de abordagem qualitativa, utilizou triangulação de dados, entrevistas semiestruturadas e análise documental referentes ao período de 2011 a 2021. Os resultados indicam que as mães sociais percebem situações recorrentes de discriminação e racismo vivenciadas pelas crianças no ambiente escolar, revelando a persistência de estigmas ligados à institucionalização. Conclui-se que, embora a legislação represente avanços na proteção integral, ainda há necessidade de políticas intersetoriais e formativas que fortaleçam o diálogo entre acolhimento e escola, promovendo uma educação mais inclusiva e antirracista.

Palavras-chave: Acolhimento Institucional; Educação; Infância; Raça e Classe.

1. INTRODUÇÃO

O acolhimento institucional constitui uma das expressões mais complexas da política pública de proteção à infância no Brasil. Historicamente, reflete tanto o compromisso do Estado com a proteção integral quanto as desigualdades de raça, classe e gênero que moldam a sociedade brasileira desde o período colonial. O presente trabalho busca, portanto, articular o percurso histórico das políticas de acolhimento com o papel contemporâneo da educação na garantia



de direitos de crianças e adolescentes em situação de acolhimento, evidenciando as percepções de mães sociais que atuam diretamente nesse processo.

O objetivo geral deste estudo foi analisar as percepções das mães sociais acerca da escolarização de crianças e adolescentes acolhidos em uma instituição do Distrito Federal, compreendendo os reflexos das vivências sociais e raciais trazidas pelas crianças no ambiente educacional. Como objetivos específicos, destacam-se: (a) identificar os perfis das crianças e adolescentes acolhidos; (b) compreender a visão das mães sociais sobre o racismo, o classismo e o sexismo nas experiências escolares; e (c) refletir sobre o diálogo entre Casa Real e escola pública na promoção da inclusão e da equidade.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

A Constituição Federal de 1988 consolidou a Assistência Social como direito do cidadão e dever do Estado, instituindo um modelo de seguridade social não contributiva voltado à garantia dos mínimos sociais. Essa diretriz foi regulamentada pela Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), de 1993, e, posteriormente, pela criação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), em 2005. Promulgado em 1990, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) representou um marco histórico ao substituir o antigo Código de Menores pela Doutrina da Proteção Integral. Com isso, crianças e adolescentes passaram a ser reconhecidos como sujeitos de direitos e não mais como objetos de intervenção do Estado.

A trajetória da infância no Brasil é inseparável da história da escravidão, do patriarcado e da desigualdade social. Durante o período colonial, as crianças negras e indígenas foram submetidas à exploração e à invisibilidade, enquanto as crianças das elites eram tratadas como herdeiras e símbolos de continuidade familiar.

No contexto atual, o acolhimento institucional é regido por normativas do SUAS e do ECA, devendo assegurar moradia, alimentação, convivência e educação. Entre os atores centrais desse processo estão as mães sociais ou cuidadoras residentes, cuja função vai além do cuidado físico:



envolve a mediação afetiva, a escuta e a reconstrução de vínculos.

3. METODOLOGIA

A pesquisa teve abordagem qualitativa, com uso de triangulação de dados para a análise dos resultados. Foram aplicados questionários e entrevistas semiestruturadas com mães sociais da Casa Real, além de análise documental e revisão bibliográfica. O recorte temporal compreendeu o período de 2011 a 2021, considerando mudanças legais e institucionais no acolhimento infantil após a nova Lei de Adoção (2009). Os dados foram analisados à luz das categorias de raça, classe e gênero, buscando evidenciar os atravessamentos estruturais que impactam a trajetória educacional das crianças acolhidas.

4. RESULTADOS/DISCUSSÃO

A análise revelou que as mães sociais percebem situações recorrentes de preconceito e discriminação vivenciadas por crianças e adolescentes no ambiente escolar, manifestadas tanto por colegas quanto por professores. Esses episódios reforçam o estigma associado à institucionalização e revelam a intersecção entre desigualdade social e racial. As mães sociais destacaram também o papel fundamental do afeto e do acompanhamento diário na mediação entre escola e instituição, embora relatem limitações decorrentes da falta de apoio pedagógico e psicossocial continuado. Os relatos evidenciam que a escola, ainda que inserida em um contexto democrático, muitas vezes reproduz práticas excludentes, reforçando a necessidade de políticas formativas voltadas à diversidade e à inclusão.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados apontam para a persistência de desafios históricos na efetivação dos direitos das crianças acolhidas, sobretudo aqueles relacionados à equidade racial e social. Embora a PNAS e o ECA representem avanços significativos, sua implementação requer práticas institucionais integradas e formativas. O papel das mães sociais mostra-se essencial na construção de



vínculos e no enfrentamento das desigualdades, sendo urgente o fortalecimento de políticas públicas que articulem assistência, educação e direitos humanos sob uma perspectiva interseccional.

REFERÊNCIAS

ARIÈS, Philippe. **História social da criança e da família**. 2. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2006.

BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Brasília: Presidência da República, 1990.

BRASIL. **Política Nacional de Assistência Social** – PNAS. Brasília: MDS, 2005.

CHUPEL, Patrícia; MIOTO, Regina Célia. **Acolhimento institucional e os desafios da proteção social especial**. Serviço Social & Sociedade, São Paulo, n. 104, 2010.

FILICE, R. C. G.; CARNAÚBA, R.A. Metodologia interativa na gestão de políticas públicas: métodos combinados numa abordagem antissexista e antirracista. In: OLIVA, A. R.; CHAVES, M. N; FILICE, R. C. G.; NASCIMENTO, W. F. (Orgs.). **Tecendo Redes Antirracistas: Áfricas, Brasis e Portugal**. Belo Horizonte: Autêntica, 2019, v. 1, p. 141-311. *E-book Kindle*.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GULASSA, Maria Lucia. **Crianças, instituições e políticas públicas no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2010.

MARTINS, Maria Aparecida Camarano. **Infância institucionalizada e escola: experiências e resistências**. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade de Brasília, 2020.